

**REACIONARISMO TERAPÊUTICO: a participação de
profissionais das ciências psi no discurso das novas
direitas no Instagram ¹²**
**THERAPEUTIC REACTIONARISM: the participation of psy
sciences professionals in the discourse of the Brazilian
New Right on Instagram**

Vinícius Machado Miguel³

Juba Maria⁴

Julia Roberta Nunes Bidão⁵

Resumo: Este artigo analisa os discursos terapêuticos mobilizados por participantes do Instituto de Defesa do Direito dos Homens (IDDH). A partir da coleta e análise de vídeos curtos publicados no perfil oficial do movimento no Instagram, identificamos a presença central de profissionais das ciências psi em sua estrutura organizacional e em suas estratégias de comunicação política. Por meio de uma análise retórica, examinamos como a linguagem do acolhimento e da empatia é acionada para sustentar pautas antifeministas e produzir uma narrativa de vitimização masculina. Os resultados indicam que o discurso do movimento se organiza em torno de três eixos principais: o sofrimento infantil, a dor masculina e a formulação de demandas políticas no âmbito institucional. Argumenta-se que tal configuração discursiva expressa uma forma de ativismo terapêutico reacionário, no qual repertórios clínicos são mobilizados como estratégia de legitimação política.

Palavras-chave: Masculinismo. Antifeminismo. Cultura Terapêutica. Novas direitas.

Abstract: This article analyzes the therapeutic discourses mobilized by participants of the Institute for the Defense of Men's Rights (IDDH). Based on the collection and analysis of short videos published on the movement's official Instagram profile, it identifies the central presence of professionals from the "psi sciences" within its organizational structure and political communication strategies. Through a rhetorical analysis, the study examines how the language of care and empathy is mobilized to support antifeminist agendas and construct a narrative of male victimization. The findings indicate that the movement's discourse is organized around three main axes: child suffering, male pain, and the formulation of political demands within the institutional sphere. It is argued that this discursive configuration expresses a form of reactionary therapeutic activism, in which clinical repertoires are strategically deployed as instruments of political legitimation.

Keywords: Masculinism. Antifeminism. Therapeutic Culture. Brazilian New Right.

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Sociabilidade. 35º Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Natal - RN. 9 a 12 de junho de 2026.

² Na preparação deste artigo, foi utilizado o Chat GPT para a revisão textual de determinados parágrafos.

³ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (UFF) com estágio sanduíche na Universidade de Estocolmo, na Suécia, e-mail: vinicius.machado.miguel@gmail.com.

⁴ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e-mail: jornalistajubamaria@gmail.com.

⁵ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e-mail: jotaroberta@gmail.com.

1. Introdução

As chamadas novas direitas, que emergiram no Brasil pós-2013, transformaram a maneira como a comunicação política passou a ser elaborada no país. Seus ativistas se apropriaram de recursos linguísticos como memes, humor chulo e ‘trollagens’ para ampliar seu alcance na esfera pública (SANTOS; CHAGAS, 2018). Nesse contexto, consolidou-se um novo regime de ativismo, caracterizado pela valorização de determinadas práticas sociais em detrimento de outras. Entre as técnicas mobilizadas, especialmente por movimentos antifeministas, destaca-se o que denominamos *reacionarismo terapêutico* — a apropriação da cultura terapêutica por grupos historicamente privilegiados na mobilização política contra os incômodos emocionais experimentados por eles diante das transformações estruturais promovidas por movimentos sociais progressistas.

A noção de cultura terapêutica designa o conjunto de transformações culturais associadas à expansão das ciências psi nas sociedades contemporâneas. Furedi (2004) argumenta que, ao longo do século XX, conceitos como estresse e autoestima passaram a ocupar posição central como categorias explicativas da experiência social. Nesse processo, o léxico das ciências psi consolidou-se como matriz cultural por meio da qual os sujeitos interpretam a própria vida, as relações familiares e o consumo cultural (ILLOUZ, 2008). Para além da esfera privada, essa racionalidade também reconfigurou a esfera pública, difundindo-se por instituições do Estado, como tribunais, escolas, prisões e exército, e penetrando igualmente nos debates políticos.

Movimentos sociais progressistas mobilizaram esse contexto para converter experiências individuais de sofrimento em evidências de desigualdades estruturais (*Ibid.*). Em especial, os movimentos gay e feminista acionaram a centralidade da experiência pessoal para tornar visíveis violências historicamente confinadas à esfera privada, como aquelas ocorridas no interior da família. Contudo, a crescente valorização pública das emoções — particularmente do sofrimento — também foi apropriada por movimentos reacionários, que passaram a reivindicar reconhecimento para suas próprias experiências como expressão de injustiças sistêmicas. Nos Estados Unidos, esse deslocamento tornou-se evidente na atuação dos Movimentos dos Homens (KIMMEL, 2013).

Nesse cenário, o sofrimento não é apenas acolhido, mas reorganizado como fundamento identitário e vetor de pertencimento político. O cuidado deixa de ser uma prática

clínica e passa a operar como dispositivo de agregação e fidelização a movimentos que reagem a demandas de igualdade pelos movimentos sociais.

Desde a década de 1970, parte dos profissionais e intelectuais vinculados às ciências psi passou a formular discursos que representavam os homens como vítimas de transformações sociais associadas ao feminismo. Nos Estados Unidos, Herb Goldberg, ex-professor de psicologia da Universidade da Califórnia, publicou *The Hazards of Being Male* (1976), obra na qual argumentava que os imperativos culturais da masculinidade produziam sofrimento psíquico masculino (CONNELL, 2005). Na América Latina, em diálogo crítico com o feminismo da época, Esther Vilar lançou *O homem domado* (1971), defendendo a tese de que as mulheres não seriam estruturalmente oprimidas, mas exerceriam formas de controle sobre os homens no âmbito das relações afetivas e familiares.

Também pertencia às ciências psi o inventor da Síndrome da Alienação Parental, Richard Gardner (1990), um perito que atuava nos tribunais em defesa de homens acusados de abuso incestuoso e responsabilizava as feministas pela existência de uma espécie de histeria de denúncias de abuso. Gardner era professor clínico voluntário da divisão de psiquiatria infantil e adolescente na Universidade de Columbia.

Temos ainda o idealizador do movimento mitopoético dos homens, Robert Elwood Bly, que aplicou a teoria junguiana dos arquétipos nas histórias dos Irmãos Grimm e publicou *Iron John: A Book About Man* (1990). Outro autor fortemente influenciado pela psicanálise junguiana foi Nessahan Alita, que no início dos anos 2000 despontou como um dos gurus intelectuais dos movimentos dos homens no Brasil (CASTELLANO; MIGUEL, 2023).

Na década seguinte, Helen Smith, psicóloga e PhD pela Universidade de Tennessee, publicou *Men on a Strike* (2013) e defendeu que a razão pela qual os homens estariam fugindo do casamento seria o fato de a sociedade ter se tornado “antimasculina” com leis que os oprimem. Anos depois, o canadense e, então, professor de psicologia da Universidade de Toronto, Jordan Peterson, escreveu *12 Rules For Life* (2018), livro baseado em argumentos junguianos para defender papéis de gênero tradicionais.

Na década de 2020, no Brasil, o Instituto de Defesa de Direito dos Homens (IDDH) se apresenta como preocupado com as dores masculinas ao mesmo tempo em que seu líder, Alexandre Paiva, milita contra a Lei Maria da Penha, lei que visa coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Ao lado de Paiva, sua esposa, a psicoterapeuta Larissa Gastmann, atua ativamente nas redes sociais do IDDH. Sob o nome de usuário

@terapeutadoshomens⁶, Gastmann é responsável pelo segundo perfil mais citado pelo IDDH no Instagram.

Compreendemos que há uma relação de continuidade histórica entre movimentos antifeministas organizados nos EUA ao longo do século XX, os profissionais das ciências psi que construíram as bases teóricas para os movimentos antifeministas e os que fazem parte do IDDH no século XXI. Esse trabalho pretende investigar duas questões de pesquisa principais: quais são as principais estratégias narrativas adotadas pelo IDDH na sua comunicação para com o público?; e qual o papel da ciência psi na construção desse ativismo político reacionário?

A partir dessas questões, pretendemos compreender as razões pelas quais, nos conteúdos analisados, as narrativas das ciências psi constroem as bases enunciativas para as estratégias de alguns movimentos antifeministas. Se a masculinidade hegemônica é aquele conjunto de práticas que visa responder aos problemas do patriarcado e garantir a subordinação da mulher pelo homem (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013), nosso objetivo é evidenciar quais são as táticas de intervenção terapêutica propostas para construir sujeitos politicamente aptos a participar dessa disputa.

Com esse objetivo, o presente trabalho organiza-se em duas partes. A primeira apresenta uma revisão do arcabouço teórico que fundamenta a análise da relação entre cultura terapêutica e movimentos antifeministas. A segunda examina, por meio de uma análise retórica dos discursos psi produzidos pelo IDDH, as demandas afetivas às quais esses grupos respondem, estruturadas em três eixos: a dor da criança, a dor masculina e a institucionalização dessas narrativas em espaços públicos, particularmente na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp).

2. A construção do reacionarismo terapêutico

A cultura terapêutica constitui um processo que se inicia na virada do século XIX para o XX. Um de seus marcos históricos foi o ciclo de conferências ministrado por Freud na Universidade de Clark, em 1909. A partir desse momento, seus ensinamentos passaram a se popularizar e a penetrar em instituições de Estado, como o exército, as escolas e os tribunais. Posteriormente, a partir de mais autores, as teses das ciências psi foram incorporadas por

⁶ Disponível em: <https://www.instagram.com/terapeutadoshomens/>. Acesso em: 16 fev. 2026.

diversos setores da indústria cultural, como o cinema, a literatura de autoajuda e a publicidade (ILLOUZ, 2008).

Além desses processos institucionais e artísticos, a cultura terapêutica passou a integrar o vocabulário dos movimentos sociais. Parte da bibliografia acadêmica, especialmente Illouz (1997; 2008; 2021) e Connell (2005), sustenta que os ativismos da segunda metade do século XX, em particular as feministas e os militantes homossexuais, apropriaram-se das categorias das ciências *psi*. Ao deslocar o foco da análise dos macroprocessos sociais para a experiência cotidiana, Freud abriu espaço para a formulação de demandas políticas relacionadas à família, aos traumas e às violências psicológicas.

A partir da década de 1960, a disputa política passou a se organizar em torno da experiência subjetiva, deslocando-se para o “eu” como espaço legítimo de reivindicação (VAZ; SANCHOTENE; SANTOS, 2021). Questões como autoestima, identidade, estresse, sexualidade e felicidade tornaram-se parte do léxico político. Os movimentos perceberam que era possível transformar as emoções privadas em objeto de deliberação comum. Por consequência, ativistas e intelectuais enxergaram em categorias como trauma, sofrimento e superação insumos para mobilização política (FUREDI, 2004).

Esse processo produziu um novo regime enunciativo na esfera pública estadunidense. Furedi (2004) sustenta que os atores sociais passaram a organizar seus discursos com base em um conjunto de crenças que denomina “determinismo emocional”. Segundo o autor, o reconhecimento do sofrimento tornou-se um dos critérios centrais para a definição do desenvolvimento saudável e, consequentemente, para a busca de segurança e saúde pública. Nesse contexto, diferentes atores — como terapeutas, ativistas, professores, políticos, pedagogos e líderes religiosos — passaram a se compreender como responsáveis pelo acolhimento do trauma alheio.

Os movimentos sociais progressistas defendiam que a centralização da discussão pública no sofrimento fosse um caminho para a construção de práticas políticas mais justas. Essas expectativas realizaram-se parcialmente, uma vez que, em conjunto com outras estratégias, foram conquistados espaços nas universidades, posições na administração pública e assentos em organismos internacionais voltados à defesa dos direitos humanos (GOMES; SORJ, 2014). No entanto, essa centralização da emoção e do trauma na esfera pública também se tornou um recurso mobilizado por movimentos reacionários, especialmente por grupos antifeministas.

Ao mobilizar o mesmo repertório emocional dos movimentos sociais progressistas, os movimentos antifeministas também passaram a centralizar experiências de sofrimento em seus espaços de discussão. Embora esses grupos fossem plurais e heterogêneos, suas narrativas expressavam frequentemente a incerteza decorrente da perda de “legitimidade do poder patriarcal em um movimento global pela emancipação de mulheres” (CONNELL, 2005, p. 85). Enquanto parte dos homens apoiou as reformas feministas, outros passaram a estruturar suas pautas em oposição a elas.

As frustrações masculinas assumiram naturezas diversas. Uma das principais referia-se à inversão hierárquica na forma como a masculinidade passou a ser narrada. Samuels (2003) descreve uma brecha de expectativas segundo a qual os homens, historicamente responsáveis por categorizar e examinar o *Outro*, tornaram-se alvos dessa mesma crítica. Nesse novo enquadramento, surgem representações como: “homens como pais (errantes), homens como criminosos (violentos), homens como cidadãos (desinteressados)” (*Ibid.*, p. 36 tradução nossa).

Dessa forma, a cultura terapêutica se torna o ambiente político ideal para o surgimento e estruturação de movimentos sociais reacionários. A contemporaneidade constrói modelos de masculinidades incentivados a olhar as próprias emoções e se pautar por diretrizes como autoestima e educação emocional. Esse processo gera um mal-estar que pode ser “manipulado e mobilizado politicamente” (KIMMELL, 2013, p. 150 tradução nossa).

Nos Estados Unidos, o movimento dos homens se desenvolveu a partir de dois eixos distintos, ambos atravessados pelas ciências psi. O primeiro foi constituído por uma literatura de autoajuda baseada no modelo freudiano de amor romântico, que adaptava a psicanálise às ansiedades masculinas emergentes. O segundo foi o movimento mitopoético, influenciado por leituras junguianas que propunham uma recuperação simbólica do masculino arquetípico. Embora distintos em estilo e público, ambos compartilhavam a premissa de que o sofrimento masculino exigia uma reinterpretação psicológica da identidade.

Em um de seus textos mais lidos, *Introdução ao Narcisismo* (1914/2010), Freud afirma que os homens seriam os únicos capazes de amar as mulheres por elas mesmas, enquanto elas amariam apenas aquilo feito por elas. Embora essa formulação se aplique a casos específicos — como o de filhos de pais amorosos — e se modifique ao longo da trajetória do psicanalista (CONNELL, 2005), ela se cristaliza no imaginário antifeminista como explicação para a frustração masculina no casal, no lar e na família.

Os movimentos antifeministas extrapolam as ferramentas da análise clínica e as deslocam para o campo sociológico. O recurso em questão deixa de ser a energia libidinal — que faz sentido apenas no arcabouço conceitual psicanalítico — e passa a ser concebido como um recurso vital que o homem dedica ao lar, mas que não é retribuído. Nesse processo, consolida-se a figura sistêmica de um homem socialmente desvalorizado. Como exemplifica Herb Goldberg, ex-professor de psicologia, em *The Hazards of Being Male* (1977):

Um professor universitário de cinquenta e sete anos expressou isso da seguinte maneira: [...] é que os homens — os famosos machistas que negligenciam suas esposas, maltratam suas funcionárias e dominam o mundo — são, na verdade, escravos. Eles estão lá fora colhendo algodão, suando, xingando, levando chicotadas do patrão, trabalhando cinquenta horas por semana para se sustentar e sustentar a plantação, só para depois voltar para casa e trabalhar mais vinte horas por semana lavando pratos, carregando sacos de lixo, preenchendo cheques e atuando como mordomos nas festas" (*Ibid.*, p. 7).

Já o segundo eixo envolve a afirmação de masculinidades por meio de ferramentas arquetípicas associadas a Carl Jung. Em crítica a metodologia junguiana, Rieff (1987) defende que o psicólogo retira materiais místicos de seus contextos históricos e simbólicos e os declara universais. Connell (2005) segue essa crítica ao argumentar que Jung reforçou a dicotomia entre masculino e feminino como verdades da psique humana.

A principal consequência política desse movimento social aparece no livro *Iron John* (1990), de Robert Bly. Nele, o autor parte da premissa de que os homens precisavam reencontrar uma masculinidade perdida. Em última instância, o que ele defendia é que imagens arquetípicas da mitologia ofereciam um modelo de desenvolvimento psicológico.

Dessa maneira, a partir de tradições derivadas de Freud e de Jung, consolidam-se duas posturas políticas em relação às masculinidades. Ambas prometem desenvolvimento psicológico e emocional. A primeira organiza-se em torno da centralização do sofrimento masculino, a partir do qual se constrói uma lógica vitimista e se reivindica reconhecimento sistêmico. A segunda fundamenta-se na reafirmação das masculinidades tradicionais como caminho para o fortalecimento psíquico. É por meio de ambas as formulações que se estrutura a vertente psicológica do movimento dos homens.

No Brasil, os movimentos masculinistas e antifeministas desenvolveram-se em uma temporalidade distinta. Miguel (2026) defende que, embora já surgissem de forma embrionária em comunidades do Orkut, como *Mulher gosta de homem babaca*, e em blogs como *Silvio Koerich, o perdedor mais foda do mundo*, eles não se estabeleceram como movimento social e político até surgirem as condições históricas para sua consolidação.

Segundo Camila Rocha (2021), é com o surgimento de movimentos como o MBL que a direita passa a se organizar e a se reconhecer como força política. Esses grupos produzem enunciados que permitem aos militantes imaginar-se como sujeitos capazes de mobilização de grande escala — algo que, desde a redemocratização, vinha sendo prerrogativa quase exclusiva da esquerda. Esse deslocamento não é apenas organizacional, mas também simbólico: ao produzir uma narrativa de injustiça e exclusão, a direita passa a disputar o lugar de vítima política, incorporando a gramática emocional anteriormente associada aos movimentos progressistas.

Essa nova direita se mobiliza contra o que denomina “hegemonia cultural esquerdista”, articulando dois eixos centrais: um radicalismo de mercado, voltado à redução da intervenção estatal na economia e nas políticas sociais, e um conservadorismo pragmático que reafirma papéis tradicionais de gênero. Esse segundo eixo ganha força sobretudo diante da ampliação de políticas públicas de proteção às mulheres, como a Lei Maria da Penha, percebidas por esses grupos como sinal de deslocamento da ordem social tradicional. Nesse contexto, a defesa dos papéis tradicionais não se apresenta apenas como posicionamento moral, mas como reação a uma suposta desvalorização masculina. O discurso político passa, então, a incorporar a narrativa de que homens teriam sido injustamente deslegitimados por transformações institucionais e culturais, convertendo tensões estruturais em experiência subjetiva de perda.

Nesse contexto, o IDDH se vale da ampliação do espaço político aberto às novas direitas para consolidar-se como ator institucional. Com demandas formalizadas, articulação com parlamentares e inserção em arenas legislativas — como a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) —, o movimento combina uma pauta reacionária com uma estratégia comunicacional ancorada na cultura terapêutica. A linguagem do acolhimento e da vitimização opera como dispositivo de interpelação: o homem desvalorizado é convocado a reconhecer-se como sujeito injustiçado e, a partir dessa identificação emocional, engajar-se politicamente.

3. Metodologia

A metodologia desta pesquisa consiste em três etapas. Na primeira, selecionamos 108 reels que coletamos manualmente entre 23 e 24 de julho de 2025 do perfil do IDDH no Instagram, rede social escolhida por ser utilizada por esse grupo para dialogar com seu

público. Organizamos então os conteúdos que foram postados pelo IDDH entre 1º de janeiro e 24 de julho de 2025 e categorizamos no Google Planilhas.

Em um segundo momento, investigamos a presença de terapeutas na amostra e construímos uma segunda tabela apenas com as publicações produzidas por terapeutas. Na nova tabela, foram totalizados 49 vídeos de quatro perfis de terapeutas. São eles: Larissa Gastmann⁷, Nubia Januzzi⁸, José M. Parra⁹ e Rafaela Filter¹⁰.

Observamos a predominância de conteúdos produzidos por Gastmann e Filter nas publicações coletadas. Desse modo, considerando também a relevância das terapeutas no IDDH e nas redes sociais, focalizamos nossa análise nos vídeos produzidos por elas. Realizamos uma análise retórica buscando entender o *logos* — o uso do raciocínio lógico — o *pathos* — os apelos emocionais — e *ethos* — a construção da credibilidade — no que tange às questões de pesquisa supracitadas (MATEUS, 2018): (i) como são as postagens protagonizadas por eles na comunicação pública do IDDH? ; (ii) qual o papel do terapeuta na formação do ativista político?

4. A dor da criança

Ao longo do século XX, as ciências psi redefiniram o lugar social da família. A partir da síntese de diferentes discursos psicológicos e psiquiátricos, consolida-se um regime de verdade segundo o qual o trauma infantil passa a ser concebido como fator determinante na formação de adultos desajustados. Nesse contexto, campos como a pedagogia, a medicina, a psicologia e o direito reorganizaram-se em torno da prevenção e da remediação do sofrimento infantil. Como consequência, estrutura-se o familismo terapêutico, que institui critérios de normalidade e estabelece as bases do ideal contemporâneo de família (ROSE, 1989).

A partir desse enquadramento, consolidou-se um vínculo entre o cuidado do trauma infantil e a própria possibilidade de uma cidadania plena. No início do século XX, autores como Walter Lippmann sustentavam que a fragilidade da opinião pública decorreria do caráter “mentalmente infantil ou bárbaro” de grande parte da população, considerada vulnerável à manipulação (FUREDÍ, 2004). Tal diagnóstico legitimou intervenções no âmbito

⁷ Disponível em: <https://www.instagram.com/terapeutadoshomens/>. Acesso em: 07 fev. 2026.

⁸ Disponível em: <https://www.instagram.com/nubijanuzzi/>. Acesso em: 07 fev. 2026.

⁹ Disponível em: <https://www.instagram.com/terapeuta.joseparra/>. Acesso em: 07 fev. 2026.

¹⁰ Disponível em: <https://www.instagram.com/rafaelafilter/>. Acesso em: 07 fev. 2026.

familiar sob a premissa de que a formação psicológica inadequada das crianças comprometeria, no futuro, a estabilidade de uma ordem democrática sólida (ROSE, 1989).

No Brasil, a valorização do vínculo paterno-filial aparece, nos anos 2010, na literatura produzida pelos defensores da Lei de Alienação Parental (LAP). Ao analisar a chamada Função Paterna¹¹ no contexto dos adolescentes em conflito com a lei, a psicóloga Sandra Baccara (2014, p. 15), por exemplo, defendeu que a “fragilização, ou má estruturação desse modelo [a Função Paterna], tem causado problemas graves para essa fase do desenvolvimento, no que diz respeito especialmente à formação de normas e valores morais e sociais”. Segundo ela, a ausência do pai — seja ele o pai biológico ou figuras que estruturam modelos de identificação — seria uma das principais causadoras de criminalidade, delinquência, sexualidade prematura, gravidez precoce, fraco desempenho escolar, depressão e drogadição.

Consequentemente, a Lei de Alienação Parental se justificaria como dispositivo judicial que protegeria as crianças de uma suposta “posse emocional violenta” que seria engendrada por mães “alienadoras”. Dessa forma, os defensores da LAP pretendem recolocar o pai no centro da família, mesmo que isso signifique constranger a mulher que denunciou a violência doméstica a conviver com o homem acusado por ela, afinal, essas denúncias não passariam de “uma narrativa bem montada e pronto”, como observamos na fala da advogada e psicanalista jurídica Rafaela Filter¹²:

Querem revogar a Lei de Alienação Parental. Você vai deixar? [...] está em pauta no Congresso, sob os olhos atentos do Ministério da Mulher, a revogação da única lei que **protege os nossos filhos da posse emocional violenta de genitoras alienadoras**. Nas redes, o chororô é o mesmo: “a Justiça tirou o meu filho dos meus braços”. Mas ninguém conta que, para isso acontecer, o pai já foi triturado emocionalmente, acusado falsamente, afastado da criança e, mesmo assim, conseguiu provar a verdade. Porque, no Brasil, tirar a guarda de uma mãe é quase impossível com a Justiça militante pró-mulher. Hoje, basta um B.O. feito do sofá da própria casa dela, com uma narrativa bem montada e pronto. Guarda, medidas protetivas e pensão. [...] **Você acha que isso é cuidado materno? Isso é mercado emocional e judicial de crianças** (grifo nosso)

Observa-se que o IDDH adota como estratégia retórica o argumento de que estaria preocupado em “proteger” as crianças dos perigos de se romper o vínculo paterno-filial. Em um primeiro momento, assim como os progressistas, o Instituto reconhece a importância desse vínculo — porém, diferentemente deles, esse reconhecimento não vem acompanhado

¹¹ Conceito psicanalítico segundo o qual é necessário existir um terceiro elemento no cuidado infantil dotado de um papel simbólico de introduzir limites e regras na criança para que ela atinja seu desenvolvimento psíquico.

¹² Disponível em: <https://www.instagram.com/reels/DI0py8bsWbp/>. Acesso em: 16 fev. 2026.

de uma busca por igualdade entre homens e mulheres. Muito pelo contrário: seu discurso reiteradamente celebra a figura paterna que luta para restaurar uma “ordem” ameaçada pelo feminismo. Para isso, posiciona como perigosos para os filhos os direitos conquistados pelas mulheres em sua luta pela sobrevivência, como o direito de vítimas de violência doméstica obterem medidas protetivas.

Tais perigos de uma vida sem pai também aparecem em outro vídeo¹³ do IDDH no qual a psicanalista Larissa Gastmann reage positivamente a um episódio da animação *Tuttle Twins* (2021 - presente), uma série estadunidense educacional. O vídeo mostra um dos personagens, conhecendo a versão animada de Ben Carson¹⁴, psiquiatra e neurocirurgião, atualmente, secretário de moradia e urbanismo do governo Donald Trump, explicando para os dois protagonistas, os irmãos *Tuttle*, o risco de uma vida sem pais. O desenho constrói a metáfora em que a família é como uma torre de Jenga¹⁵. Assim, se o bloco escrito *pai* fosse retirado, toda a torre correria o risco de desmoronar. Em seguida, o conteúdo vincula a falta de paternidade à criminalidade:

Se a sociedade fosse uma torre de blocos, a família seria base, em que as mães e pais são igualmente importantes. [...] E apesar de a mãe às vezes ir embora, 80% das famílias com cuidadores solos são formados por lares onde o pai não é presente. **Crianças que crescem sem o pai têm mais chances de viver na pobreza e recorrer ao crime. Elas também têm maior tendência a abandonar a escola.** E quando os meninos não têm a figura paterna na sua vida, **também é mais provável que abandonem suas futuras famílias.** É assim que a ausência paterna se espalhou, como uma doença por várias gerações. Fazendo dezenas de milhares de crianças viverem sem os pais em suas vidas. **Quando um bebê nasce, seu cérebro é programado para se conectar com sua mãe e pai, formando laços únicos. Quando os pais se envolvem ativamente junto com as mães, estudos mostram que as crianças prosperam** (grifo nosso).

Gastmann reforça assim a narrativa de que a falta de paternidade desencadeia problemas sociais, generalizando a figura paterna como essencialmente boa. E, em nenhum momento, a psicanalista questiona por que motivos nossa sociedade permite que mães que cuidam dos filhos sozinhas empobrecam. Seus dados, portanto, apenas sustentam a fantasia de que as feministas lutam por uma sociedade em que os pais não façam parte da criação de seus filhos quando, na verdade, lutam pela divisão mais justa do trabalho (BHATTACHARYA, 2017; FEDERICI, 2019) e pelo direito de uma vida sem violência.

¹³ Disponível em: <https://www.instagram.com/reels/DJQEpvpMut0/>. Acesso em: 16 fev. 2026.

¹⁴ Dados retirados das páginas do programa e do psiquiatra na Wikipédia. Disponíveis em: https://en.wikipedia.org/wiki/Tuttle_Twins e https://en.wikipedia.org/wiki/Ben_Carson. Acesso em: 16 fev. 2026.

¹⁵ Brinquedo em que se monta uma torre de pequenos blocos de madeira, em que o desafio é que cada um dos jogadores retire um dos blocos sem que os demais desabem.

5. A dor do homem

A autoinvestigação característica do sujeito terapêutico tensiona papéis tradicionais de masculinidade. Embora se observe uma demanda por homens mais sensíveis, expressões de vulnerabilidade emocional ainda encontram resistência, inclusive em setores progressistas (HOOKS, 2025). Nesse cenário, o sofrimento masculino converte-se em recurso ambíguo e politicamente disputado: ao mesmo tempo em que persiste a exigência de performar virilidade, emergem enunciados vitimistas que ampliam frustrações individuais e as enquadram como problemas sistêmicos.

O discurso terapêutico se configura como dispositivo privilegiado para converter o afeto do desamparo em capital político. As terapeutas vinculadas ao IDDH posicionam-se como instâncias de acolhimento do sofrimento masculino e atribuem inteligibilidade a essas experiências por meio de enquadramentos sociológicos e jurídicos. Seus enunciados priorizam a dor individual do homem em detrimento das problemáticas sociais de gênero que afetam mulheres e enquadra a Lei de Alienação Parental a partir do sofrimento masculino¹⁶. Em um primeiro momento, esse discurso oferece apoio emocional a pais alienados, no entanto, chama para a ação política como a única ferramenta proposta para aprender a lidar com o sofrimento. Em resposta a um seguidor que pergunta “como posso esquecer que perdi minhas filhas para alienação?”, Gastmann¹⁷ afirma:

Você não é o único, são muitos homens que estão passando por essa situação. Acho que a primeira coisa que você precisa entender é que esquecer um fato histórico na sua vida, talvez você jamais vá esquecer, né? [...] **O que você precisa fazer é se filiar no IDDH** e participar das sessões que estão tendo lá de forma gratuita para todos os filiados. Vai te ajudar a ter resiliência, a ter fôlego, a se manter firme, a não cometer nenhuma besteira, tá bom? Esquecer não vai funcionar. **O que vai funcionar é você cuidar de você dentro das coisas que você pode fazer** (grifo nosso).

Embora em alguns momentos os enunciados da terapeuta sejam menos concretos em suas manifestações políticas, em outros, como esse, indicam as práticas a serem seguidas e os movimentos aos quais o sujeito deve se filiar. E se, frequentemente, a cultura terapêutica visa substituir problemas sistêmicos por individuais, gerando nos indivíduos uma falsa sensação de poder perante a estrutura, nesse tipo de ativismo há uma inversão dessa lógica: o

¹⁶ O que é um sofrimento válido em casos sérios. Contudo, quando universalizado e colocado na ordem do direito, faz com que o judiciário seja complacente com agressores a partir do momento que limita as práticas de autodefesa da mulher.

¹⁷ Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/DGBOPSjxi-n/>. Acesso em: 29 dez. 2025.

aconselhamento passa a induzir que o indivíduo só é forte quando sujeito organizado em movimento social.

A estratégia política estrutura-se em torno de uma formação psicológica e emocional específica que incentiva homens a ingressarem em processos terapêuticos, inclusive com membros oferecendo sessões como um presente¹⁸. Esse movimento dialoga com um senso comum contemporâneo que atribui à terapia, à empatia e à gestão da saúde mental a solução para os impasses das masculinidades. Essa prática gera um paradoxo: a mesma organização orientada à deslegitimação de direitos civis femininos mobiliza práticas associadas ao cuidado terapêutico.

Como podemos ver na fala de Gastmann:

Você é homem, está passando por um momento difícil e já considerou fazer terapia, mas não tem dinheiro para pagar? Eu tenho uma ótima notícia para você, uma das nossas filiadas do IDDH, uma mulher, **comprou, não apenas um, como ela está dizendo aqui no print, mas ela comprou dois pacotes de cinco sessões de terapia para doar para um filiado do IDDH**. [...]ela pediu para eu e o Paiva escolhermos o filiado que esteja precisando muito desse suporte, porém é muito difícil para a gente quantificar a dor. **Então nós resolvemos fazer um sorteio**. [...] Quero muito trabalhar com você e que quero muito fazer com que você consiga se amar (sic), melhorar suas emoções, enfrentar esse momento difícil da sua vida e conhecer muito mais a sua mente (grifo nosso).

Se a terapia que está sendo oferecida como presente para homens com sofrimento emocional, qual é a natureza do tipo de aconselhamento que está sendo recebido?

Em outro vídeo, Gastmann faz uma resenha midiática a partir de uma análise da série *Adolescência* (2025) da Netflix¹⁹. A produção conta a história de um garoto de 13 anos influenciado pelo léxico dos movimentos masculinistas que assassina uma colega de classe a facadas após uma rejeição. Não entraremos em detalhes sobre a série, posto que nosso foco está no discurso da terapeuta em relação às masculinidades.

Você já percebeu como que a mídia sempre relata um homem como vilão da história? Percebe como é sempre culpa do homem e da masculinidade tóxica? [...] A série *Adolescência* da Netflix tentou relatar a influência masculina nos jovens, mas sabe o que eles fizeram? Pegaram um **psicopata** e culparam um influenciador²⁰. **Pegaram a falta de educação emocional e chamaram de masculinidade tóxica** (grifo nosso).

¹⁸ Disponível em: <https://www.instagram.com/reels/DGjoh4gOhHB>. Acesso em: 29 dez. 2025.

¹⁹ Disponível em: <https://www.instagram.com/reels/DH4MXjJxSTw/>, Acesso em: 29 dez. 2025.

²⁰ Quando ela fala de influenciador, ela mostra Andrew Tate, influenciador romeno que mora no Reino Unido e é uma das pessoas mais proeminentes da *manosphere* mundial. Tate possui processos por tráfico humano e estupro. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/andrew-tate-sera-julgado-por-trafico-e-estupro-diz-tribunal-romeno>. Acesso em: 29 dez. 2025.

No discurso acerca do feminicídio, observa-se um apagamento das raízes sociais da violência implicadas na formação da masculinidade (cf. BOURDIEU, 2023), substituídas por um diagnóstico individualizante: “psicopata”. Ao deslocar a explicação para uma suposta etiologia psíquica ou biológica, desconsideram-se as estruturas simbólicas, culturais e institucionais que produzem disposições violentas. Se a violência é compreendida como derivação de uma anomalia intrínseca ao indivíduo, desaparece a possibilidade de intervenção sociológica ou educacional. A violência deixa de ser um problema político e passa a ser tratada como um dado natural da psique, como se a emergência de assassinos fosse um fenômeno inevitável da natureza humana.

Gastmann afirma que “a mídia está sempre dizendo: se o homem é violento é culpa dele, se uma mulher é violenta, a culpa é do homem que a provocou” e questiona se seu público já percebeu esse fenômeno. Nesse cenário, a violência doméstica é reduzida a uma questão de narrativas, em que “a mídia” está sempre do lado da mulher e o homem, quando agredido, não é atendido. Segundo Kimmel (2013), “a imensa maioria da violência é praticada por homens — tanto contra mulheres quanto contra outros homens” (*Ibid.*, p. 136, tradução nossa). Nesse caso, o papel do profissional da ciência psi é manter seu público como dependente e estagnado. Dessa maneira, ele não se preocuparia em construir uma crítica política rigorosa, pois ficaria preso nos prazeres libidinais do ressentimento.

A psicanalista Maria Rita Kehl (2020) explica o que esse tipo de abordagem faz com o sujeito.

Talvez seja possível afirmar que o derrotado só se torna um ressentido quando deixa de se identificar como derrotado e passa a se identificar como vítima, sobretudo vítima inocente de um vencedor que, nesses termos, passa a ocupar o lugar de culpado. É no lugar da vítima que se instala o ressentido, cujas queixas e acusações dirigidas silenciosamente ao outro funcionam para reassegurar sua inocência e manter sua passividade. A manutenção ativa do ressentimento faz par com a posição passiva que ele ocupa diante do Outro; com isso, a suposta vítima obtém o ganho secundário de desincumbir-se moralmente de qualquer responsabilidade pela situação que o ofendeu (*Ibid.*, p. 19)

Como, no âmbito do IDDH, dores masculinas são reconfiguradas como vitimização politicamente mobilizável? Para que o sujeito saia do sintoma do ressentimento, determinadas feridas precisam ser reelaboradas, nomeadas e organizadas discursivamente. Esperar-se-ia que o profissional de saúde mental operasse no sentido de ampliar a agência do sujeito, favorecendo a elaboração do sofrimento e a responsabilização por sua própria trajetória. No entanto, a atuação de Gastmann parece subverter essa função: em vez de promover a

complexificação da experiência e a ampliação de possibilidades de ação, o discurso oferecido consolida a identidade de vítima como eixo central de inteligibilidade do sofrimento.

[...] Essa narrativa cria na sociedade uma visão negativa da masculinidade. E o ciclo, onde o homem nunca pode ter um papel positivo, não importa o que ele faça, sendo que se as mulheres fazem a mesma coisa são tidas como machistas e não como um defeito de caráter humano e inerente a qualquer pessoa.

Gastmann se aproveita da invisibilidade da mulher na história do Brasil para fundamentar e incentivar o vitimismo masculino. A sociedade patriarcal brasileira priorizou em sua história imagens de homens como construtores e idealizadores de praticamente todas as qualidades positivas do Brasil, e as narrativas das grandes mulheres precisam ser garimpadas por historiadoras feministas. Aquilo que é estrutural se torna ‘quase natural’.

Quando os movimentos feministas pautam, corretamente, na família o espaço da violência e o homem como o seu agente, elas fazem um ataque à legitimidade do patriarcado como gestor da família. Inevitavelmente, esse processo geraria algumas formas de ressentimento. O vitimismo (FUREDI, 2004) se torna um enunciado repetido. A profissional das ciências psi, nesse contexto, transforma as dores masculinas, reais, porém difusas, em uma estratégia antifeminista que visa impedir a discussão sobre feminicídio e radicalização infantil de meninos pela machosfera.

Agora me diz, onde um homem pode falar sobre as suas dores sem ser julgado? Se ele esconde o que ele sente, dizem que ele é frio. Se ele expressa, chamam de fraco, agressivo ou louco. Muitos acabam explodindo, reforçando o estereótipo negativo e andando num ciclo perigoso.

Como enunciadora, a terapeuta dos homens guarda em seu enunciado a possibilidade de seus interlocutores serem homens violentos que não consigam controlar sua raiva e agem com violência em situações específicas. Além disso, no contexto de violência doméstica, o “acabar explodindo” — muito mais perigoso que “reforçar estereótipos negativos” — pode significar o fim da vida de alguém. No entanto, evidentemente, ela também tem duas respostas para isso. Em um primeiro momento ela oferece o léxico moral que justifica o comportamento raivoso:

Isso vai muito além da mídia, afeta o trabalho, os relacionamentos e até a paternidade. Homens estão cada vez mais retraídos, pisando em ovos com medo de educar seus filhos, de se posicionarem como tal e se relacionarem também, ou de tomarem qualquer atitude que possa ser mal interpretada. Se você sente que a mídia influencia a sociedade, faz se você pisar em ovos o tempo todo, como se qualquer coisa que você fizesse pudesse ser interpretada como errada, comenta aqui o que eu quero saber.

Ela, que faz parte desse processo de construção do ressentimento masculino, em seguida, se oferece como solução para "curar" os homens desse sentimento:

Agora, se você, homem, está cansado de ser tratado como vilão, quando só quer ser um homem melhor, eu posso te ajudar a encontrar um equilíbrio emocional, a resgatar a sua identidade sem medo de julgamento. **A gente pode trabalhar junto a sua inteligência emocional, o seu controle da raiva e outras emoções.** Para isso, me chama no direct (grifo nosso).

Observa-se, nesse contexto, a estrutura do que pode ser denominado *reacionarismo terapêutico*. Trata-se de um encadeamento discursivo que, em um primeiro momento, apropria-se dos incômodos emocionais experimentados por maiorias sociológicas diante de transformações estruturais promovidas por movimentos sociais progressistas. Em seguida, esses incômodos são acolhidos e reorganizados como angústias legítimas, passíveis de reconhecimento e indignação política. Por fim, o dispositivo discursivo culmina na convocação à participação em grupos terapêuticos conduzidos por ativistas reacionários, articulando cuidado emocional e engajamento político em uma mesma operação de vinculação coletiva.

6. A participação pública dos terapeutas

A escolha do IDDH como objeto empírico para esse estudo sobre o reacionarismo terapêutico se justifica pelo fato de que, diferentemente dos autores masculinistas mencionados, seu discurso da ciências psi representa a institucionalização de um movimento social. Nele, a produção discursiva se alia à mobilização afetiva e à ação política organizada, indo além da mera circulação editorial de ideias.

Para exemplificar o fenômeno, analisamos os vídeos gravados durante a audiência pública que discutiu a revogação da Lei de Alienação Parental, realizada em 25 de abril de 2025, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Na ocasião, esteve presente Rafaela Filter, cujas falas serão examinadas como material empírico para compreender a operacionalização do reacionarismo terapêutico em contexto institucional.

Na primeira fala de Filter²¹, a advogada e psicanalista apresenta a LAP a partir das premissas do familismo terapêutico:

²¹ Disponível em: <https://www.instagram.com/reels/DI6iUS9Rx5C/>. Acesso em: 08 fev. 2026.

E é isso que a Lei de Alienação Parental visa combater. [...] Para que uma criança sofra alienação parental, ela precisa ter sistematicamente a figura do outro, desmerecida, denegrida, a imagem daquele outro genitor. [...] E são coisas básicas, desde dizer “o seu pai nos abandonou”, “o seu pai foi embora e não te quis”, “o seu pai não se responsabiliza por você”, “o seu pai não te ama”... tudo isso sempre sistematicamente implantado na mente da criança, e coisas mais perversas como a acusação de violência sexual.

Em seguida, Filter narra os conflitos na família como opressivos ao homem. A psicanalista infere que a aprovação da Lei Maria da Penha transformou o ambiente doméstico em hostil ao homem. Essa operação retórica opera por meio de uma lógica de simetrização, na qual medidas concebidas para enfrentar desigualdades estruturais são apresentadas como mecanismos de perseguição:

Porque como **hoje tudo leva a uma narrativa de violência sexual ou assédio**, então ficou muito fácil, né? E, principalmente a partir de 2021, também que a gente tem a Lei de Violência Psicológica, instituída na Lei Maria da Penha, **tudo que o homem fala hoje é algum tipo de agressão**. Discordar da mãe hoje é agressão, é diminuir o papel dela enquanto mãe. Então, **o homem não pode falar nada, ele precisa entrar mudo, sair calado, aguentar todo tipo de humilhação, e quem sofre sistematicamente violência psicológica também dentro dos lares é exatamente o homem e é o menino** (grifo nosso).

Em seguida, Filter enfatiza a importância da paternidade na constituição subjetiva da criança. Sua argumentação não se detém na complexidade sociológica das configurações familiares contemporâneas, nem problematiza as transformações históricas da autoridade paterna. Em vez disso, recorre a uma legitimação de caráter médico-psicológico, apresentando a presença do pai como necessidade clínica objetivável, passível de enquadramento diagnóstico sob a lógica classificatória do CID. A autoridade paterna é, assim, reafirmada não apenas como valor moral ou cultural, mas como requisito terapêutico para o desenvolvimento emocional saudável.

Então a minha luta é pelo direito dos meninos e homens, e também pelo direito da criança de ter um pai presente na vida dele. Eu tive um pai, eu sou uma privilegiada aqui, me emocionei com todos esses discursos de vocês que sofreram esse afastamento, porque eu não sei o que teria sido de mim se eu não tivesse tido [...] o cuidado da minha mãe, a proteção da minha mãe e a coragem que o meu pai influenciou sobre mim. E a gente está aqui para dizer não à revogação da Lei de Alienação Parental. Ela precisa ser aprimorada e não revogada, porque é a única lei hoje que protege a criança. Inclusive o CID-11, o QE-52 é um código hoje do manual de saúde que fala sobre problemas associados às interações interpessoais na infância.

Além disso, a advogada e psicanalista recorre a relatos apresentados como casos empíricos, mobilizando-os como evidências destinadas a sustentar sua autoridade no tema e a reforçar a tese de que homens estariam sendo sistematicamente vitimados por suas

companheiras. Esses exemplos operam menos como material submetido ao escrutínio metodológico e mais como dispositivos retóricos de validação da narrativa proposta.

Paralelamente, Filter mobiliza sua identidade de mulher como elemento de legitimação discursiva, posicionando-se como testemunha privilegiada capaz de enunciar verdades sobre as mulheres enquanto grupo social. Ao fazê-lo, converte sua localização de gênero em capital simbólico, produzindo um efeito de blindagem argumentativa: a crítica feminista é neutralizada na medida em que a formulação das teses antifeministas é apresentada como proveniente de uma mulher.

Os homens que estão aí trabalhando, provendo suas famílias, **muitos deles chegam e dizem assim: “eu não sabia que isso acontecia** e quando uma mulher chora e fala que ela foi violentada, a gente costuma acreditar. Porque **só agora que eu passei por isso e eu vi que a minha ex-esposa, a mãe do meu filho teve coragem de me acusar, é que eu acreditei que isso estava acontecendo”**. Então, vocês precisam duvidar também quando uma mulher fala, **eu sou mulher e estou falando isso para vocês: a gente mente, a gente tem raiva, a gente tem ódio**, entendeu? E a emoção humana é muito latente. Então, **mulheres também mentem e mentem muito**. Então, vocês não podem simplesmente acreditar e a palavra da mulher ter essa supremacia **Eu sei que é isso que a lei tenta impor, mas nós enquanto sociedade precisamos contestar isso. [...] Vamos olhar o outro lado, vamos escutar. Vamos chamar o outro para ouvir a versão dele também**. O Judiciário não faz isso. Hoje as crianças levam cinco anos, seis anos para voltar a ter contato com os pais e já estão muito alienadas e às vezes não é possível recuperar isso. **Mas vocês não podem desistir dos filhos de vocês. Vocês precisam se engajar nessa causa com a gente. Eu sou mulher e eu defendo, enquanto filha também aqui, o direito dos filhos de vocês terem o pai presente** (grifo nosso).

Em suas falas na Alesp, Filter mobiliza uma defesa da Lei de Alienação Parental ancorada em categorias terapêuticas, apresentando-a como instrumento de proteção emocional e psíquica das famílias. A lei é enquadrada menos como dispositivo jurídico controverso e mais como tecnologia de cuidado, deslocando o debate do campo político para o registro clínico. Ao final de sua intervenção, convoca os pais presentes a se alinharem às demandas do movimento social, reiterando a importância da organização coletiva. Nesse gesto, estabelece um vínculo simbólico entre o alinhamento ao IDDH e o exercício legítimo do amor parental, sugerindo que o engajamento político constitui expressão concreta de cuidado e responsabilidade paterna.

7. Considerações finais

O pensamento hegemônico contemporâneo tende a atribuir aos profissionais das ciências psi a responsabilidade pela mediação e tratamento de adversidades sociais, como violência doméstica e conflitos familiares. Contudo, conforme demonstrado ao longo deste

artigo, os movimentos reacionários e antifeministas sempre contaram, em seus quadros, com profissionais desse campo do saber em diferentes níveis de formação. Tais presenças contribuíram para a constituição de um tipo específico de movimento social cujas estratégias enunciativas se estruturam a partir de categorias, léxicos e dispositivos discursivos oriundos do campo terapêutico e acadêmico.

Neste artigo, investigamos as estratégias narrativas adotadas pelo IDDH em sua comunicação no Instagram e o papel das ciências psi na construção de seu ativismo político reacionário. A análise dos vídeos produzidos por terapeutas vinculados ao movimento permitiu a identificação de três eixos discursivos centrais, cada um revelando dimensões específicas do fenômeno que denominamos *reacionarismo terapêutico*.

Quanto às estratégias narrativas do IDDH, os resultados indicam que o movimento organiza seu discurso em torno de três pilares: a centralidade da dor infantil, a reelaboração da dor masculina como vitimização politicamente mobilizável, e a institucionalização da narrativa em espaços públicos.

Sobre a centralidade da dor infantil, o IDDH mobiliza o familismo terapêutico para apresentar a preservação do vínculo paterno-filial como necessidade clínica, recorrendo a categorias diagnósticas e à metáfora da família como “torre de Jenga”. A defesa da Lei de Alienação Parental é enquadrada como proteção emocional da criança, enquanto as conquistas feministas, como medidas protetivas são posicionadas como ameaças ao desenvolvimento infantil.

No que diz respeito à reelaboração da dor masculina, as terapeutas do IDDH acolhem o sofrimento masculino, mas o reorganizam. Em vez de promover elaboração psíquica e responsabilização, o discurso oferecido consolida a identidade de vítima como eixo de inteligibilidade do sofrimento. A violência estrutural é apagada em favor de diagnósticos individualizantes e a solução apresentada para a dor masculina é o engajamento político no movimento. A atuação de Rafaela Filter na Alesp exemplifica como o repertório terapêutico é mobilizado em contextos institucionais para legitimar pautas antifeministas. A LAP é apresentada como tecnologia de cuidado, e a autoridade profissional das ciências psi, somada à identidade de gênero da enunciadora, opera como blindagem argumentativa contra críticas feministas.

Sobre o papel dos profissionais das ciências psi na construção do ativismo reacionário, a pesquisa evidenciou que eles atuam em quatro frentes interconectadas: (i) na legitimação

científica do movimento que se dá a partir da utilização de categorias diagnósticas e repertórios clínicos, conferindo autoridade enunciativa ao discurso; (ii) no acolhimento seletivo, quando o sofrimento masculino é validado, mas canalizado para o engajamento político antifeminista em vez da elaboração psíquica; (iii) no processo de tradução política, quando dores individuais são convertidas em demandas institucionais, como a defesa da LAP; (iv) na construção do ativista, processo por meio do qual a terapia é apresentada como instrumento de fortalecimento para a militância.

A centralidade do pensamento psi na esfera pública cria condições para que figuras capazes de mobilizar performances sensíveis e empáticas adquiram autoridade enunciativa (FUREDI, 2004). Nesse contexto, o IDDH destaca-se como um dos setores das novas direitas mais aptos a ocupar esse espaço. Por meio dessa estratégia discursiva, o grupo se apresenta como espaço de acolhimento do sofrimento masculino, especialmente no que se refere aos receios em relação ao sistema judiciário e às angústias associadas às transformações contemporâneas da paternidade.

As performances políticas violentas associadas às masculinidades reacionárias deixam de operar exclusivamente por meio da afirmação fálica da autoridade e passam a se reorganizar como um modelo de ativismo estruturado na exposição de sofrimentos individuais. Nesse contexto, o terapeuta constrói sua imagem pública como aquele que concede visibilidade às dores ocultas, narradas sob a forma de experiências de consultório e convertidas em registros emocionais legitimados pela autoridade profissional das ciências psi.

Portanto, o que o IDDH evidencia, por meio de suas estratégias de ativismo terapêutico reacionário, é que a incorporação de repertórios terapêuticos se constitui como um dos elementos imprescindíveis para a compreensão das novas direitas. Ao se reestruturarem no cenário político pós-2013, em articulação com movimentos que mobilizavam memes e conteúdos digitais voltados a públicos jovens (SANTOS; CHAGAS, 2018), a nova direita também passou a integrar profissionais das ciências psi em suas estratégias de comunicação e legitimação discursiva. O efeito político dessa inflexão consiste, por exemplo, na produção de condições simbólicas por meio das quais a contestação de dispositivos de proteção contra a violência doméstica — como as medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha — pode ser apresentada como uma ação necessária à preservação da saúde mental de homens e crianças.

Referências

- BACCARA, S. **Pai, aproxima de mim esse cálice**: significações de juízes e promotores sobre a função paterna no contexto da justiça. Curitiba: Maresfield Gardens, 2014.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**: a condição feminina e a violência simbólica. 21. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2023.
- CASTELLANO, M.; MIGUEL, V. M. “O sofrimento amoroso do homem”: misoginia e discurso de ódio na literatura masculinista de autoajuda. **RuMoRes**, v. 17, n. 34, p. 116–135, 2023.
- CONNELL, R. W. **Masculinities**. Los Angeles: Polity, 2005.
- CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, p. 241–282, 2013.
- FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Editora Elefante, 2019.
- FREUD, S. Introdução ao Narcisismo. In: FREUD, Sigmund. **Freud (1914-1916) - Obras completas volume 12**: Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos. Rio de Janeiro: Editora Companhia das Letras, 2010.
- FURED, F. **Therapy culture**: cultivating vulnerability in an uncertain age. Nova Iorque: Routledge, 2004.
- GARDNER, R. **Sex abuse hysteria**: Salem witch trials revisited. Nova Jersey: Creative Therapeutics, 1990.
- GOLDBERG, H. B. **The Hazards of Being Male**: Surviving the Myth of Masculine Privilege. Nova Iorque : Nash Publishing, 1997.
- GOMES, C.; SORJ, B. Corpo, geração e identidade: a Marcha das vadias no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 29, p. 433–447, 2014.
- ILLOUZ, E. **Consuming the Romantic Utopia**: Love and the Cultural Contradictions of Capitalism. Berkeley: University of California Press, 1997.
- ILLOUZ, E. **Saving the modern soul**: therapy, emotions, and the culture of self-help. Berkeley: University of California Press, 2008.
- ILLOUZ, E. **The End of Love**: A Sociology of Negative Relations. Cambridge: John Wiley & Sons, 2021.
- KEHL, M. R. **Ressentimento**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.
- KIMMEL, M. **Angry White Men**: American Masculinity at the End of an Era. Nova Iorque: Hachette UK, 2013.
- MATEUS, S. **Introdução à Retórica no Séc. XXI**. Covilhã: Editora LabCom.IFP, 2018.
- MIGUEL, V. M. **Antifeminismos e masculinismos no Brasil**: autoajuda amorosa, acolhimento terapêutico e formação política na extrema-direita. 2026. Tese de Doutorado - UFF, Niterói, 2026.
- RIEFF, P. **The Triumph of the Therapeutic**: Uses of Faith After Freud. Chicago: University of Chicago Press, 1987.
- ROCHA, C. **Menos Marx, mais Mises**: O liberalismo e a nova direita no Brasil. São Paulo: Todavia, 2021.
- ROSE, N. S. **Governing the Soul**: The Shaping of the Private Self. Londres: Routledge, 1989.
- SAMUELS, A. **The Political Psyche**. Londres: Routledge, 2003.
- SANTOS, J. G. B. dos; CHAGAS, V. Direta transante: enquadramentos pessoais e agenda ultraliberal do MBL. **MATRIZES**, v. 12, n. 3, p. 189–214, 2018.
- VAZ, P.; SANCHOTENE, N.; SANTOS, A. Da salvação pela fé à cura pela autoestima: as origens religiosas do testemunho de vítima. **GALÁXIA**. Revista Interdisciplinar de Comunicação e Cultura, , n. 46, 2021. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/53254>. Acesso em: 24 jan. 2026.